

Condição é ser contra Sarney

HÉLIO DOYLE

BRASÍLIA — Só dois fatos unem a ainda pequena bancada do PRN no Congresso Nacional: o apoio à candidatura de Fernando Collor de Mello e a oposição ao governo Sarney. Entre os nove deputados e dois senadores já considerados do PRN, há de tudo: direita e esquerda, parlamentaristas e presidencialistas, ex-Arena e ex-MDB, atuantes e ausentes da Constituinte e do Congresso.

Segundo o deputado Arnaldo Faria de Sá, de São Paulo, nos próximos dias mais 20 parlamentares anunciarão a adesão ao partido de Collor. O objetivo, revela, é chegar a 60 parlamentares e, assim, ter direito a 13 minutos diários de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Com 11 parlamentares federais, o PRN dispõe de apenas cinco minutos, mas com 20 dobra para dez, segundo a lei ainda não sancionada por Sarney.

“O único critério para não aceitar uma adesão é a vinculação explícita com o governo Sarney”, explica Faria de Sá, que foi eleito pelo PTB, passou pelo PMB e se candidatou a vice-prefeito de São Paulo na chapa de Paulo Maluf pelo PJ, que se transformou em PRN.

O deputado Renan Calheiros, de Alagoas, acha que os critérios para aceitar adesões não se limitam à oposição a Sarney. “Não queremos a direita”, avisa Calheiros, que foi do PSDB e do PMDB e recebeu nota 10 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) por seu desempenho a favor das reivindicações dos trabalhadores na Constituinte.

Mas Calheiros tem como colega de bancada o deputado Flávio Rocha, ex-PL e PFL, que recebeu nota um do Diap. Rocha, do Rio Grande do Norte, votou a favor dos cinco anos de mandato para Sarney e contra a reforma agrária, uma das principais bandeiras de Calheiros. Também votou a favor do presidencialismo na Constituinte, assim como Faria de Sá, João Cunha (SP) José Carlos Marti-



Ricardo Chaves/AE

Collor, ao embarcar para Boa Vista: “Não me deixem só”

nez (PR) Hélio Costa (MG) e o senador João Castelo (MA). Collor tem declarado que vai lutar pela adoção do parlamentarismo, em 1993.

O senador João Castelo integrou a Arena e o PDS. Então aliado de Sarney, governou o Maranhão de 1979 a 1982. Depois, rompeu com o presidente e sua mulher, Gardênia, se elegeu prefeita de São Luís, em 1985. Segundo o livro do Inesc, sua atuação no Congresso visa a “fortalecer os grupos conservadores e de direita”.

Avaliação diferente é feita pelo senador mineiro Itamar Franco, candidato a vice na chapa de Collor. Para o Diap, ele é um “parlamentar atuante” e “um dos senadores mais progressistas”. Segundo o Inesc, teve “excelente desempenho” na Constituinte e atuou

com destaque como vice-presidente da CPI da corrupção, que pediu o impeachment de Sarney. “As adesões têm de ser bem examinadas”, diz Itamar, preocupado em evitar que o PRN seja caracterizado como de direita.

“AMIGO DE COLLOR”

Calheiros justifica a aceitação do senador Castelo: “No Maranhão, ele é símbolo anti-Sarney”. Faria de Sá explica a adesão do deputado paranaense José Carlos Martinez, ex-PMDB e ex-PDS, que votou com o Centrão na Constituinte e é acusado de ter apoio da UDR: “Ele é amigo do Collor”. O próprio candidato, que rejeita a classificação direita-esquerda e a muito custo se diz de “centro-esquerda”, não acha que deva rejeitar adesões exclusivamente pelo critério ideológico.